SINERGIA ANIMAL

2026

PORCOS EM FOCO

MONITOR DA INDÚSTRIA SUÍNA BRASILEIRA



5ª edição



SUMÁRIO

01 **Sumário Executivo**
Página 2

02 **Sobre o Porcos em Foco**
Página 5

03 **Sistemas de Gestação**
Página 7

04 **Procedimentos Dolorosos**
Página 11

05 **Antimicrobianos**
Página 15

06 **Classificação Geral e Análise Comparativa**
Página 18

07 **Caminhos para o Futuro**
Página 22

08 **Apêndice Metodológico**
Página 24

09 **Glossário**
Página 34

10 **Referências**
Página 38

01
SUMÁRIO EXECUTIVO

A suinocultura brasileira acumula compromissos de bem-estar animal, mas essas promessas se traduzem em progresso dentro das granjas? A quinta edição do *Porcos em Foco: Monitor da Indústria Suína Brasileira* faz essa análise ao avaliar 22 empresas do setor.

Em 2026, além das práticas já implementadas pelas empresas, o relatório considera as evidências que as sustentam e os compromissos para o futuro assumidos por cada companhia.

O retrato revela avanços importantes, porém desiguais: nenhuma empresa alcançou a categoria A, a mais elevada possível; **Pamplona** e **Frimesa** são as únicas na categoria B, a mais alta alcançada nesta edição; e sete companhias se enquadram na categoria F, a faixa mais baixa da classificação geral.

Principais avanços observados

Frimesa e Gran Corte melhoram sua classificação: a **Frimesa** passa da categoria C para a B, impulsionada especialmente pelo desempenho em procedimentos dolorosos e antimicrobianos. A **Gran Corte** avança da categoria F para a D após responder ao questionário e publicar novos compromissos, o que permite reconhecer as práticas adotadas e os próximos passos.

Pamplona mantém posição de destaque: a empresa permanece na categoria B e informa manter 98% de seu plantel de matrizes em sistemas coletivos: 65% do total em Cobre e Solta e 33% em gestação coletiva mista. A **Pif Paf** também mantém sua classificação na categoria C, mesmo diante de uma avaliação mais abrangente.

Experiências demonstram possibilidades de transição: a **VPJ** declara operar integralmente em Cobre e Solta, enquanto a **JBS** informa ter concluído a migração para sistemas coletivos. Esses resultados mostram que reduzir o confinamento individual já é uma realidade em parte do setor.



Principais desafios e lacunas persistentes

Compromissos ainda distantes da implementação integral: com prazo de transição para a gestação coletiva em 2026, **MBRF** e **Frimesa** ainda informavam, no período de coleta dos dados, parte relevante do plantel no sistema tradicional.

Transparência insuficiente: a **Aurora** não respondeu ao questionário neste ano e passou da categoria C para a E. Outras empresas como **Coopavel**, **Palmali**, **Frivatti** e **Nutribras** também não se manifestaram. A ausência de informações reduz a transparência, além de limitar a verificação da implementação dos compromissos e a possibilidade de reconhecer avanços eventualmente realizados.

Mudanças de categoria exigem uma leitura cuidadosa: MBRF e **JBS** passam da categoria B para a C, enquanto **Alibem** e **Master** passam da C para a D. Essas mudanças também refletem a atualização da metodologia, que considera os compromissos e sua implementação, e não significam necessariamente uma piora nas condições de manejo.

Avanços insuficientes em aspectos essenciais do bem-estar animal: a eliminação da mossa (corte de orelhas para identificação), do corte rotineiro de cauda e do uso profilático e metafilático de antimicrobianos segue lenta entre as empresas avaliadas.

Em resumo, os resultados mostram que o setor dispõe de experiências capazes de orientar uma transformação mais ampla, mas ainda precisa acelerar o passo.

Demonstrar o progresso na implementação de cada promessa será decisivo para dar credibilidade aos compromissos e permitir que a sociedade acompanhe seus resultados.

O desafio é fazer com que as melhorias já observadas alcancem mais granjas e se traduzam em mudanças verificáveis na vida dos animais.



CLASSIFICAÇÃO GERAL

A CATEGORIA

NENHUMA EMPRESA

B CATEGORIA

Pamplona	Frimesa
68,81	61,79

C CATEGORIA

ECOFRIGO	VPJ	MBRF	JBS	Pif Paf
59,54	57,00	55,10	51,84	50,25

D CATEGORIA

GRAN CORTE	master	BMG FOODS	Estrela alimentos	ALIBEM
45,40	44,37	40,13	39,84	38,07

E CATEGORIA

Dália Alimentos	Aurora	RPF
30,00	28,00	27,00

F CATEGORIA

nutribras	COOASGO	COOPAVEL	Friuna	Frivatti	Palmali	Saudali
8,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

02
SOBRE O PORCOS EM FOCO



Fundada em 2017, a **Sinergia Animal** é uma organização internacional de proteção animal que trabalha pelo fim das piores práticas da pecuária industrial em cinco países da América Latina e dois países do Sudeste Asiático. O seu objetivo é reduzir o sofrimento dos animais utilizados pela indústria alimentícia e promover dietas mais compassivas e saudáveis.

Esse trabalho é reconhecido, pelo **9º ano consecutivo**, pela Animal Charity Evaluators (ACE), que classifica a Sinergia Animal como "Organização Recomendada". A distinção reflete os avanços expressivos da organização em prol dos animais no cenário global de proteção animal.

Como parte dessa atuação, o ***Porcos em Foco: Monitor da Indústria Suína Brasileira*** acompanha a adoção de práticas de bem-estar animal e os esforços do setor para eliminar práticas prejudiciais ainda presentes na suinocultura brasileira, como o uso contínuo de **gaiolas de gestação**, a realização rotineira de **procedimentos dolorosos** sem o alívio adequado da dor e o **uso não terapêutico de antimicrobianos**. Mais do que acompanhar esse processo, o relatório busca contribuir para acelerar e apoiar a transição da suinocultura brasileira para padrões mais éticos de bem-estar animal.

Essa contribuição se faz necessária pois o avanço observado em outros países ainda não encontra correspondência integral no marco regulatório brasileiro. A principal referência normativa para o bem-estar de suínos em criação comercial é a Instrução Normativa nº 113, de 16 de dezembro de 2020 (IN 113/2020), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que estabeleceu parâmetros nacionais para boas práticas de manejo e bem-estar animal.

Embora a norma tenha representado um avanço importante em relação ao cenário anterior, seus requisitos e prazos de implementação ainda são menos ambiciosos do que aqueles adotados ou em discussão em outros mercados. Enquanto países e blocos econômicos vêm revisando suas normas e estabelecendo metas para elevar os padrões de bem-estar ao longo desta década, o Brasil mantém um marco regulatório que ainda permite práticas que vêm sendo progressivamente restringidas internacionalmente.

É a partir desse contexto que esta edição do *Porcos em Foco* avalia a indústria suína brasileira. As empresas selecionadas estão entre as maiores do país e foram avaliadas por meio de um sistema de pontuação, detalhado no **Capítulo 8**, que considera **compromissos públicos e a implementação de boas práticas de bem-estar animal**. A metodologia permite reconhecer tanto as empresas que já adotam práticas mais avançadas quanto aquelas que se comprometeram a promover mudanças concretas em suas instalações, sistemas de produção e práticas de manejo.

O **capítulo 9** apresenta um **glossário** com explicações sobre termos e expressões típicas do setor, facilitando a compreensão dos conceitos utilizados ao longo do relatório.

As informações utilizadas nesta edição foram coletadas entre 31 de julho e 4 de setembro de 2026, por meio de questionários enviados às empresas e de informações públicas disponíveis em seus canais institucionais. Ao todo, 22 empresas foram avaliadas, seis a mais que na edição anterior, o que representa uma ampliação de 37,5% no universo de monitoramento.



03
SISTEMAS DE GESTAÇÃO

Por que este tema importa?

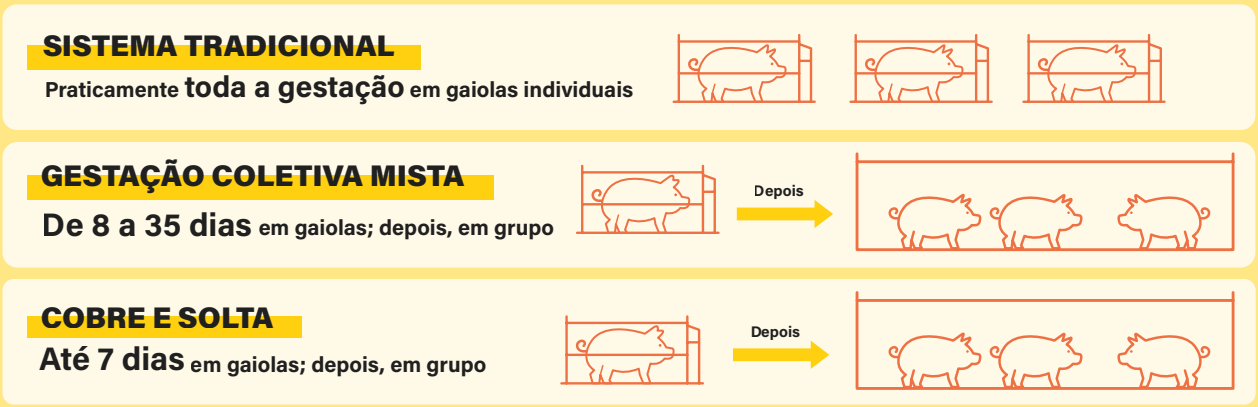
Os sistemas de gestação determinam como as porcas são alojadas durante uma das etapas mais longas do ciclo produtivo. No sistema tradicional, as fêmeas permanecem em gaiolas individuais durante praticamente toda a gestação, com forte restrição de movimento. Isso reduz drasticamente a possibilidade de expressarem comportamentos naturais. Já os sistemas coletivos permitem maior liberdade de movimento e interação social e, por isso, são considerados uma alternativa mais adequada ao bem-estar das porcas.

A transição para sistemas coletivos já vem avançando em diferentes partes do mundo. Na União Europeia, a legislação restringe o uso de gaiolas a até quatro semanas após a inseminação, e a Comissão Europeia pretende apresentar, até o segundo trimestre de 2027, uma proposta para a transição das gaiolas para sistemas em baias[1]. Na Dinamarca, medidas anunciadas em 2026 também preveem a eliminação gradual das gaiolas de gestação e maior liberdade de movimento para as porcas, além de restrições a outras práticas consideradas prejudiciais ao bem-estar[2]. Na Califórnia, a legislação já exige espaço suficiente para que as porcas possam se levantar, deitar, estender completamente os membros e virar-se livremente[3].

No Brasil, a **Instrução Normativa nº 113/2020** determina que novos projetos devem adotar sistemas coletivos na fase de gestação, mas ainda permite até 35 dias de alojamento individual após a cobertura e estabelece **1º de janeiro de 2045** como prazo para adaptação das granjas existentes. Trata-se de um prazo excessivamente longo diante da evolução das legislações e das práticas adotadas em outros países, razão pela qual esta edição do relatório adota critérios e prazos mais ambiciosos.

SISTEMAS DE GESTAÇÃO

O que muda é o tempo em gaiolas individuais



Menos tempo em gaiolas, mais liberdade de movimento. Cobre e Solta não significa criação ao ar livre nem maternidade sem celas.

Como avaliamos as empresas?

O sistema de gestação representa 40% da nota final de cada empresa. Na nota de implementação, quanto menor o tempo médio de permanência em gaiolas, maior a pontuação. Também são avaliados os compromissos de transição para sistemas Cobre e Solta ou de gestação coletiva mista, considerando sua abrangência e prazo de implementação. As pontuações são ajustadas por fatores de correção, descritos na metodologia.

RESULTADO

Empresa	Nota - Implementação (0-40)	Nota - Compromissos Elegíveis (0-12)	Nota - Sistemas de Gestação (0-40)
Alibem	11,07	6,00	**17,07**
Alimentos Estrela	21,84	0,00	**21,84**
Aurora	0,00	8,00	**8,00**
BMG	7,13	0,00	**7,13**
COOASGO	0,00	0,00	**0,00**
Coopavel	0,00	0,00	**0,00**
Dália	0,00	0,00	**0,00**
Ecofrigo	22,54	6,00	**28,54**
Frimesa	14,79	5,00	**19,79**
Friuna	0,00	0,00	**0,00**
Frivatti	0,00	0,00	**0,00**
Gran Corte	13,40	10,00	**23,40**
JBS	25,84	3,00	**28,84**
Master	10,37	4,00	**14,37**
MBRF	14,10	8,00	**22,10**
Nutribras	0,00	0,00	**0,00**
Palmali	0,00	0,00	**0,00**
Pamplona	26,81	10,00	**36,81**
Pif Paf	21,25	2,00	**23,25**
RPF	0,00	0,00	**0,00**
Saudali	0,00	0,00	**0,00**
VPJ	30,00	0,00	**30,00**

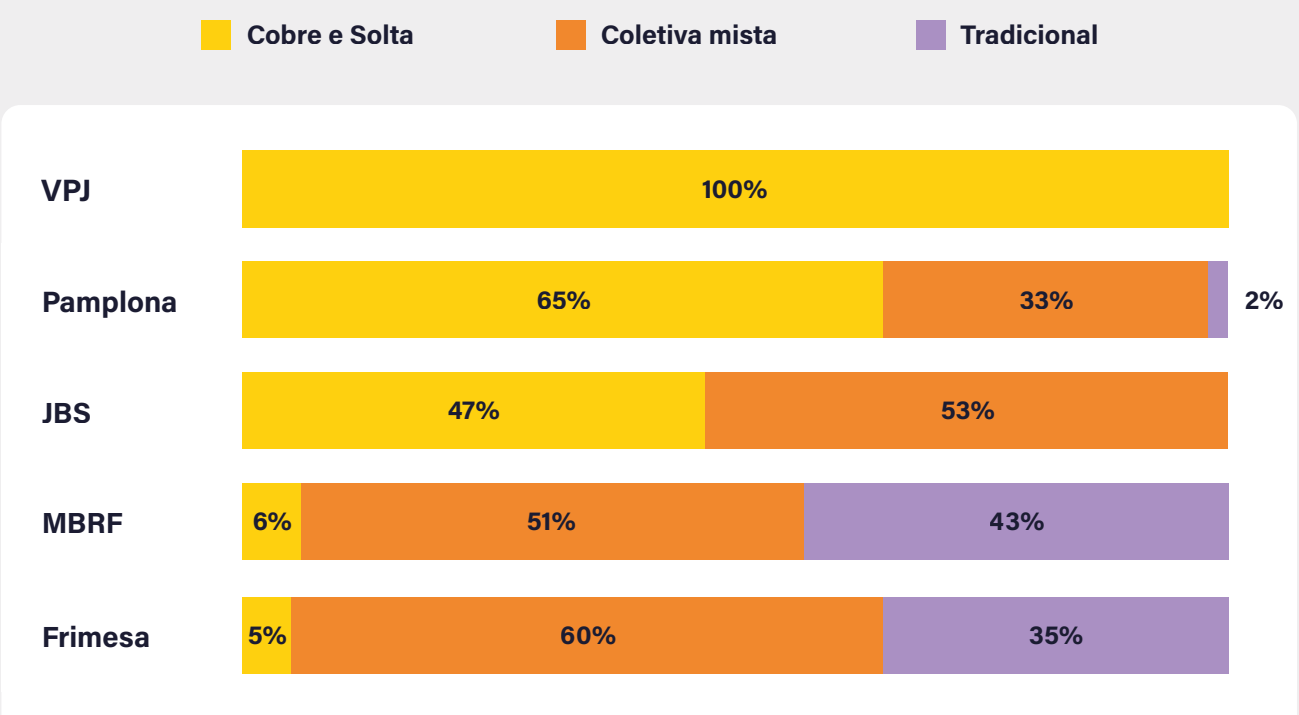
Destaques e lacunas

Os resultados sobre os sistemas de gestação revelam um setor em diferentes estágios de transição. De um lado, algumas empresas já apresentam percentuais expressivos de adoção de sistemas que reduzem significativamente o período de permanência das porcas em gaiolas. De outro, empresas que estabeleceram 2026 como prazo para concluir a migração para a gestação coletiva chegam à reta final desse período ainda com parte relevante do plantel no sistema tradicional.

O principal destaque é a **VPJ**, que informa trabalhar exclusivamente com o sistema Cobre e Solta, no qual as porcas permanecem em gaiolas por, no máximo, sete dias. Com 100% do plantel neste sistema, a empresa apresentou a maior pontuação de implementação neste critério. A ausência de auditoria ou verificação independente, contudo, reduz a nota final, conforme previsto pela metodologia do *Porcos em Foco*. Ainda assim, o resultado da **VPJ** estabelece uma referência importante para a análise: a adoção integral do Cobre e Solta já é uma realidade dentro do universo de empresas avaliadas.

A **Pamplona** também se aproxima desse cenário. A empresa já mantém 65% de seu plantel em Cobre e Solta e outros 33% em gestação coletiva mista, restando apenas 2% no sistema tradicional. Já a **JBS** concluiu a transição para a gestação coletiva: 47% do plantel está em Cobre e Solta e 53% em sistemas coletivos com permanência em gaiolas por até 35 dias. Os dois casos mostram avanços importantes, mas também ajudam a evidenciar a próxima fronteira dessa transição: não apenas retirar as porcas do confinamento individual durante praticamente toda a gestação, mas reduzir progressivamente o tempo em que permanecem nas gaiolas.

COMPOSIÇÃO DO PLANTEL INFORMADO



É justamente nesse ponto que os resultados de outras empresas acendem um sinal de atenção. **MBRF** e **Frimesa** possuem compromissos de transição para a gestação coletiva com prazo em 2026, mas chegam aos últimos meses do período estabelecido sem terem concluído essa mudança. Na **MBRF**, 43% do plantel permanece no sistema tradicional, enquanto 51% estão na gestação coletiva mista e apenas 6% em Cobre e Solta. Na **Frimesa**, o sistema tradicional ainda representa 35% do plantel, frente a 60% em gestação coletiva mista e 5% em Cobre e Solta. Mais do que diferenças percentuais entre empresas, esses números expõem uma lacuna entre compromissos públicos assumidos e o estágio de implementação observado às vésperas do encerramento de seus prazos.

A Aurora representa um caso distinto, mas igualmente relevante. A empresa também possui compromisso público de transição para a gestação coletiva com prazo em 2026. No entanto, como optou por não participar desta edição do *Porcos em Foco* e não informou a composição atual de seu plantel, não foi possível verificar o estágio de implementação do compromisso. O caso evidencia outro desafio para o acompanhamento da transição do setor: além da existência de metas públicas, é fundamental que haja transparência sobre sua implementação, de forma que seja possível acompanhar os avanços e identificar eventuais brechas ao longo do tempo.

O conjunto dos resultados aponta, ainda, para uma lacuna mais ampla. Superar o sistema tradicional de gestação continua sendo uma etapa necessária para parte das empresas, mas a transição para a gestação coletiva, por si só, não encerra o debate. À exceção da **VPJ**, que declara já operar integralmente em Cobre e Solta, nenhuma das empresas avaliadas assumiu um compromisso de migrar 100% de seu plantel para esse sistema. Há movimentos intermediários, como compromissos para adoção de Cobre e Solta em novas unidades, mas ainda não se observa uma meta setorial de transição integral nessa direção. Ampliar esse patamar aparece, portanto, como um dos principais desafios para os próximos anos e deverá demandar esforços dos diferentes elos da cadeia e dos atores envolvidos na promoção do bem-estar animal.



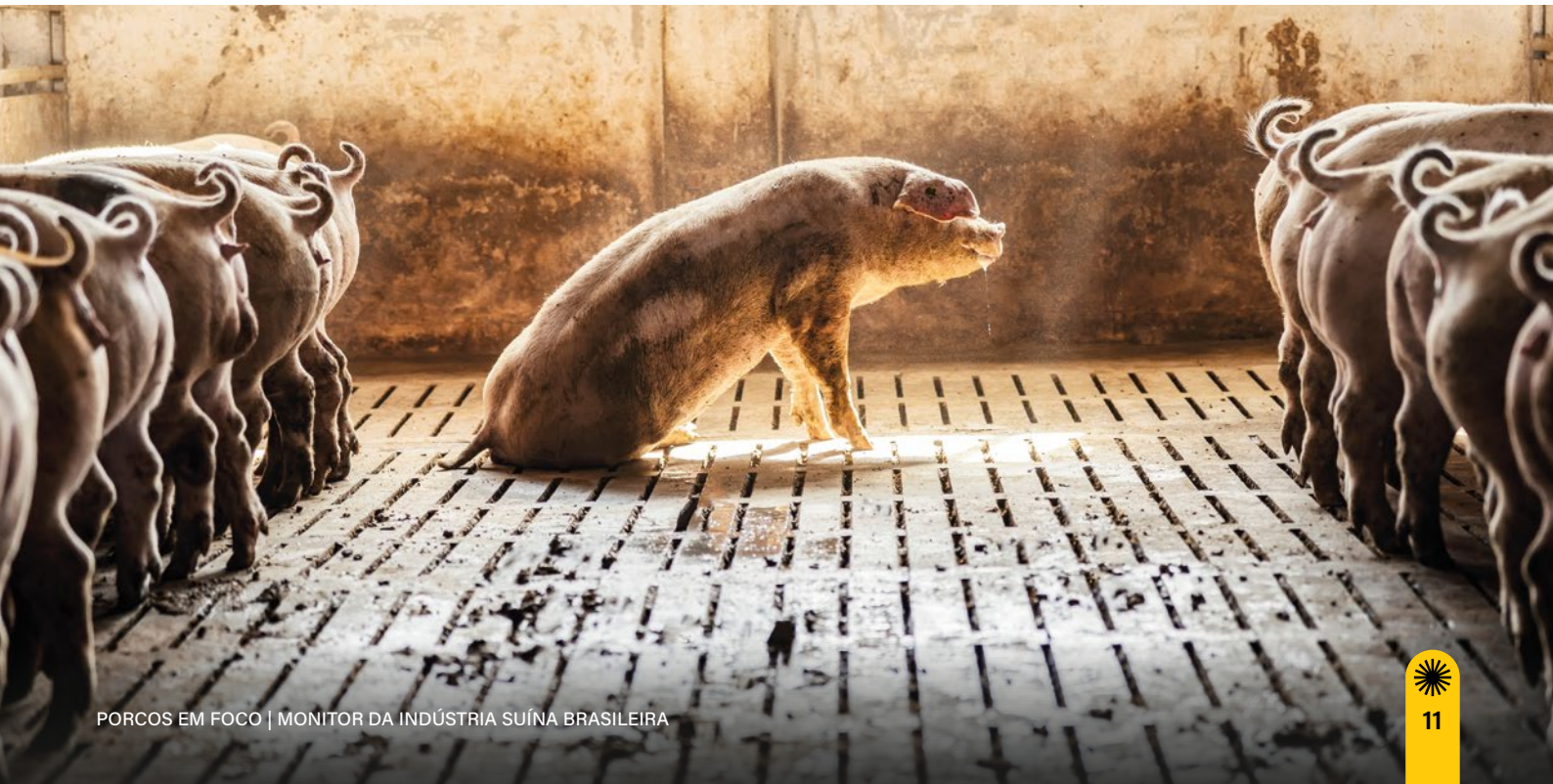
04
PROCEDIMENTOS DOLOROSOS

Por que este tema importa?

Procedimentos dolorosos são intervenções realizadas nos suínos que podem causar dor, estresse, lesões e efeitos prolongados sobre o bem-estar. Nesta edição, avaliamos a castração cirúrgica sem anestesia e analgesia, o corte e desbaste de dentes, a mossa (corte de orelhas) e o corte de cauda. Embora algumas dessas práticas tenham sido historicamente utilizadas para prevenir problemas de manejo ou facilitar a produção, alternativas operacionais e sistemas de criação mais adequados podem reduzir ou eliminar sua necessidade.

Em diferentes países, essas práticas já são proibidas ou fortemente restringidas. Na **União Europeia**, o corte de cauda e o desbaste de dentes não podem ser realizados rotineiramente, e a castração e o corte de cauda realizados após os sete dias de vida exigem anestesia e analgesia prolongadas[4] . Na **Suécia**, a castração cirúrgica deve ser realizada com anestesia e o corte de cauda só é permitido por razões médicas[5], enquanto a **Noruega** também restringe duramente o corte de cauda e exige anestesia e controle da dor em procedimentos dolorosos[6].

No **Brasil**, a **Instrução Normativa nº 113/2020** já estabelece restrições importantes: o corte de dentes é proibido, o desbaste só pode ocorrer quando necessário para evitar lesões, a mossa será proibida e o corte de cauda deve ser evitado, podendo ser tolerado apenas em situações específicas e sob condições destinadas a minimizar dor e complicações. A norma também estabelece requisitos para a castração cirúrgica. Esses avanços mostram que o tema já faz parte do marco regulatório brasileiro, mas também evidenciam a importância de acompanhar a implementação das mudanças e estimular a adoção de alternativas que eliminem, sempre que possível, procedimentos dolorosos.



Como avaliamos as empresas?

Os **procedimentos dolorosos representam 48% da nota final** das empresas. A avaliação combina o que a empresa **já implementa em suas operações** com os **compromissos públicos assumidos para eliminar ou reduzir essas práticas**. Para a implementação, analisamos individualmente cada um dos procedimentos avaliados — castração cirúrgica sem anestesia e analgesia, desbaste de dentes, mossa e corte de cauda — atribuindo a pontuação de acordo com as práticas adotadas pela empresa. A pontuação dos compromissos considera a abrangência e o prazo previsto para sua implementação e, em ambos os casos, o resultado é ajustado por um fator de correção, detalhado no capítulo de metodologia.

RESULTADO

Empresa	Nota - Implementação (0-48)	Nota - Compromissos Elegíveis (0-16)	Nota - Procedimentos Dolorosos (0-48)
Alibem	18,00	0,00	**18,00**
Alimentos Estrela	18,00	0,00	**18,00**
Aurora	18,00	2,00	**20,00**
BMG	27,00	0,00	**27,00**
COOASGO	0,00	0,00	**0,00**
Coopavel	0,00	0,00	**0,00**
Dália	27,00	0,00	**27,00**
Ecofrigo	18,00	6,00	**24,00**
Frimesa	36,00	0,00	**36,00**
Friuna	0,00	0,00	**0,00**
Frivatti	0,00	0,00	**0,00**
Gran Corte	18,00	4,00	**22,00**
JBS	18,00	2,00	**20,00**
Master	27,00	0,00	**27,00**
MBRF	27,00	0,00	**27,00**
Nutribras	0,00	6,00	**6,00**
Palmali	0,00	0,00	**0,00**
Pamplona	27,00	2,00	**29,00**
Pif Paf	27,00	0,00	**27,00**
RPF	27,00	0,00	**27,00**
Saudali	0,00	0,00	**0,00**
VPJ	18,00	0,00	**18,00**

Destaques e lacunas

Se os resultados dos sistemas de gestação revelam empresas em estágios bastante distintos de transição, o panorama dos procedimentos dolorosos é um pouco mais uniforme. Algumas práticas já se tornaram exceção ou foram praticamente abandonadas entre as empresas avaliadas, enquanto outras permanecem incorporadas aos sistemas de produção. À medida que se avança nessa análise, observa-se um contraste nítido: de um lado, procedimentos para os quais o setor já demonstra capacidade de mudança; de outro, práticas cuja eliminação ainda encontra pouca adesão e exigirá transformações mais profundas.

A castração cirúrgica sem anestesia ou analgesia ilustra o primeiro cenário. Entre as empresas com informações disponíveis, a **Gran Corte** é a única que ainda realiza o procedimento, mas já assumiu compromisso público para eliminá-lo. No corte ou desbaste de dentes, o quadro é ainda mais consolidado: todas as empresas que responderam ao questionário informaram ter abandonado seu uso rotineiro, em consonância com a regulamentação brasileira, que restringe a adoção dessa prática.

A convergência, entretanto, termina quando se observa a mossa, utilizada para identificação dos animais por meio de cortes nas orelhas. Nesse caso, os resultados dividem as empresas exatamente ao meio: **entre as 14 para as quais há informações disponíveis, sete já eliminaram o procedimento e outras sete ainda o utilizam**. A ausência de uma tendência predominante mostra que há espaço concreto para avançar em uma prática que parte do próprio setor já demonstrou ser possível abandonar.

É no corte rotineiro de cauda, porém, que essa distância se torna mais evidente. Apenas **RPF**, **Pamplona** e **Frimesa** informaram ter eliminado o procedimento, enquanto dez das empresas com informações disponíveis ainda o realizam. Se, em outras práticas, os resultados apontam para uma trajetória de abandono ou ao menos para um setor em transição, no corte de cauda o cenário permanece praticamente invertido: a eliminação ainda é a exceção.



Os compromissos públicos tampouco indicam uma mudança desse quadro no curto prazo. Em diversos casos, as empresas possuem compromissos relacionados a procedimentos que já informam ter eliminado — e que, por isso, não geram pontuação adicional na metodologia do *Porcos em Foco*. Para o corte rotineiro de cauda, justamente onde a lacuna de implementação é mais expressiva, praticamente não há compromissos públicos que sinalizem uma trajetória para sua eliminação. A distância, portanto, não está apenas entre a prática atual e o patamar desejado, mas também na ausência de metas capazes de orientar essa transição.

O corte rotineiro de cauda desponta, assim, como o principal desafio entre os procedimentos dolorosos avaliados. Isso porque sua eliminação vai além da simples suspensão da prática: exige prevenir a caudofagia por meio de melhorias no ambiente e na rotina de criação, o que inclui densidade adequada, enriquecimento ambiental, conforto térmico, nutrição e saúde animal. Nesse contexto, os resultados do *Porcos em Foco* indicam que o tema precisará ocupar um espaço central nos esforços do setor nos próximos anos. Esse foco, contudo, não deve deixar os demais procedimentos em segundo plano: onde a castração sem controle adequado da dor e a mossa ainda persistem, sua eliminação também precisa avançar.



05
ANTIMICROBIANOS

Por que este tema importa?

Os antimicrobianos são fundamentais para tratar doenças e proteger a saúde e o bem-estar dos animais, mas seu uso inadequado favorece o desenvolvimento e a disseminação da **resistência aos antimicrobianos (RAM)**, uma ameaça que envolve a saúde animal, humana e ambiental. Por isso, a abordagem internacional é baseada no conceito de **Saúde Única (One Health)** e busca reduzir a necessidade de antimicrobianos por meio de prevenção, vacinação, biosseguridade e melhores práticas de manejo, além de garantir que seu uso, quando necessário, seja responsável e criterioso[7].

Esse tema também vem ganhando importância comercial. A **União Europeia** proíbe o uso de antimicrobianos para promoção de crescimento e, desde 2026, passou a aplicar novas exigências para determinados produtos de origem animal importados, incluindo garantias de que não tenham sido produzidos com antimicrobianos destinados à promoção de crescimento ou com determinados medicamentos reservados ao tratamento de infecções em humanos[8]. Para uma cadeia exportadora como a brasileira, a adoção de práticas responsáveis é, portanto, relevante não apenas para reduzir os riscos de resistência, mas também para preservar a competitividade e o acesso a mercados.

No **Brasil**, o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) vem intensificando as restrições ao uso de antibióticos. Em abril de 2026, novas normas vetaram a aplicação de medicamentos reservados à medicina humana em animais destinados à produção de alimentos[9] além de estenderem o veto a substâncias utilizadas como promotoras de crescimento[10]. O país também mantém um plano nacional de prevenção e controle da resistência, somado a um programa de vigilância para monitorar riscos e tendências relacionados à RAM[11]. Nesse contexto, as empresas têm papel central: reduzir a necessidade de tratamentos por meio de prevenção e manejo adequado, além de assegurar que os antimicrobianos sejam utilizados somente quando necessário, de forma responsável e tecnicamente orientada.



Como avaliamos as empresas?

Com peso de **12% na avaliação, este bloco considera tanto o uso atual de antimicrobianos quanto os compromissos públicos assumidos pelas empresas para eliminar práticas de maior risco.** Na implementação, verificamos se a empresa utiliza antimicrobianos para promoção de crescimento, fins profiláticos ou fins metafiláticos, atribuindo a pontuação de acordo com a adoção ou não dessas práticas. Também são considerados os compromissos públicos para eliminá-las, levando em conta sua abrangência e prazo. As pontuações de implementação e de compromissos são ajustadas pelos respectivos fatores de correção, descritos na metodologia.

RESULTADO

Empresa	Nota - Implementação (0-12)	Nota – Compromissos Elegíveis (0-6)	Nota - Uso de Antimicrobianos (0-12)
Alibem	3,00	0,00	**3,00**
Alimentos Estrela	0,00	0,00	**0,00**
Aurora	0,00	0,00	**0,00**
BMG	6,00	0,00	**6,00**
COOASGO	0,00	0,00	**0,00**
Coopavel	0,00	0,00	**0,00**
Dália	3,00	0,00	**3,00**
Ecofrigo	3,00	4,00	**7,00**
Frimesa	6,00	0,00	**6,00**
Friuna	0,00	0,00	**0,00**
Frivatti	0,00	0,00	**0,00**
Gran Corte	0,00	0,00	**0,00**
JBS	3,00	0,00	**3,00**
Master	3,00	0,00	**3,00**
MBRF	6,00	0,00	**6,00**
Nutribras	0,00	2,00	**2,00**
Palmali	0,00	0,00	**0,00**
Pamplona	3,00	0,00	**3,00**
Pif Paf	0,00	0,00	**0,00**
RPF	0,00	0,00	**0,00**
Saudali	0,00	0,00	**0,00**
VPJ	9,00	0,00	**9,00**

Destaques e lacunas

Os resultados sobre o uso de antimicrobianos mostram avanços importantes, mas que diminuem à medida que se observam práticas mais associadas à prevenção e ao controle de doenças. Entre as empresas com informações disponíveis, nove já eliminaram o uso de antimicrobianos como promotores de crescimento, enquanto apenas quatro fizeram o mesmo em relação ao uso profilático. No uso metafilático, a distância é ainda maior: a **VPJ** é a única empresa avaliada que declara ter eliminado a prática, destacando-se também como a única a ter eliminado os três usos considerados nesta avaliação.

Empresas que eliminaram cada uso de antimicrobianos

Entre as empresas com informações disponíveis

9 EMPRESAS

PROMOÇÃO DE CRESCIMENTO

4 EMPRESAS

USO PROFILÁTICO

1 EMPRESA

USO METAFILÁTICO

Uma mesma empresa pode estar incluída em mais de um grupo.

Esse contraste indica que o principal desafio já não está apenas em abandonar o uso de antimicrobianos como promotores de crescimento, prática para a qual há recomendações internacionais de eliminação, mas em reduzir a dependência desses medicamentos como ferramenta preventiva ou de controle sanitário. A própria escassez de compromissos públicos reforça essa lacuna: entre as empresas avaliadas, a Ecofrigo se destaca como a única com compromissos públicos de eliminar também os usos profilático e metafilático de antimicrobianos, avançando além dos compromissos relacionados à promoção de crescimento.

Progredir nesse campo exige, portanto, uma abordagem mais ampla de saúde dos plantéis. Medidas como fortalecimento da biosseguridade, vacinação, melhoria das práticas de manejo e higiene, nutrição adequada e maior suporte diagnóstico podem reduzir a ocorrência de doenças e, consequentemente, a necessidade de recorrer aos antimicrobianos. Mais do que substituir uma prática isolada, o desafio é construir sistemas de produção capazes de preservar a saúde e o bem-estar dos animais com uso cada vez mais criterioso desses medicamentos.



06
CLASSIFICAÇÃO GERAL E ANÁLISE COMPARATIVA



A classificação geral do *Porcos em Foco 2026* consolida os resultados das empresas nos três eixos avaliados — sistemas de gestação, procedimentos dolorosos e uso de antimicrobianos — e apresenta um retrato do estágio atual do setor. Nesta edição, além dos compromissos públicos, a avaliação considera o nível de implementação das práticas e as evidências apresentadas para comprová-las. Assim, o relatório passa a observar não apenas para onde as empresas se comprometeram a avançar, mas quanto desse caminho já foi efetivamente percorrido, aspecto que deve ser considerado na leitura das categorias de 2026.

COMO A NOTA É COMPOSTA

40 PONTOS
SISTEMAS DE GESTAÇÃO

48 PONTOS
PROCEDIMENTOS DOLOROSOS

12 PONTOS
USO DE ANTIMICROBIANOS

DISTRIBUIÇÃO POR CATEGORIA

A	B	C	D	E	F
0 EMPRESAS	2 EMPRESAS	5 EMPRESAS	5 EMPRESAS	3 EMPRESAS	7 EMPRESAS

Para a classificação nas categorias, a nota é arredondada ao inteiro mais próximo. A pontuação original de cada empresa é preservada.

NOTA FINAL DAS EMPRESAS

Empresa	Sistemas de Gestação (0-40)	Procedimentos Dolorosos (0-48)	Antimicrobianos (0-12)	Nota Final (0-100)	Classificação
Alibem	17,07	18,00	3,00	**38,07**	D
Alimentos Estrela	21,84	18,00	0,00	**39,84**	D
Aurora	8,00	20,00	0,00	**28,00**	E
BMG	7,13	27,00	6,00	**40,13**	D
COOASGO	0,00	0,00	0,00	**0,00**	F
Coopavel	0,00	0,00	0,00	**0,00**	F
Dália	0,00	27,00	3,00	**30,00**	E
Ecofrigo	28,54	24,00	7,00	**59,54**	C
Frimesa	19,79	36,00	6,00	**61,79**	B
Friuna	0,00	0,00	0,00	**0,00**	F
Frivatti	0,00	0,00	0,00	**0,00**	F
Gran Corte	23,40	22,00	0,00	**45,40**	D
JBS	28,84	20,00	3,00	**51,84**	C
Master	14,37	27,00	3,00	**44,37**	D
MBRF	22,10	27,00	6,00	**55,10**	C
Nutribras	0,00	6,00	2,00	**8,00**	F
Palmali	0,00	0,00	0,00	**0,00**	F
Pamplona	36,81	29,00	3,00	**68,81**	B
Pif Paf	23,25	27,00	0,00	**50,25**	C
RPF	0,00	27,00	0,00	**27,00**	E
Saudali	0,00	0,00	0,00	**0,00**	F
VPJ	30,00	18,00	9,00	**57,00**	C



Evolução em relação aos anos anteriores

A comparação com as edições anteriores revela movimentos distintos entre as empresas já acompanhadas pelo *Porcos em Foco*. **Como a metodologia foi ampliada em 2026, mudanças de categoria não devem ser interpretadas automaticamente como avanço ou retrocesso.** Elas ajudam, contudo, a mostrar em que medida os compromissos registrados nos últimos anos encontram correspondência nas práticas atualmente demonstradas pelas empresas.

Entre os movimentos positivos, **a Frimesa se destaca ao avançar da categoria C para a B**, passando a integrar o grupo mais bem posicionado desta edição. O resultado é sustentado especialmente pelo desempenho em procedimentos dolorosos e no uso de antimicrobianos, embora ainda haja espaço relevante para avançar no sistema de gestação. A **Gran Corte** também apresenta uma mudança expressiva em relação a 2025, quando estreou no relatório na categoria F, sem responder ao questionário e sem compromissos públicos considerados na avaliação. Em 2026, a participação na pesquisa e a publicação de novos compromissos permitiram que a empresa alcançasse **a categoria D**, refletindo tanto práticas já implementadas quanto os próximos passos assumidos publicamente.

Há também empresas que **mantiveram suas categorias mesmo diante de uma avaliação mais abrangente**. A **Pif Paf** permanece na **categoria C** e a **Pamplona se mantém na B**, consolidando sua posição entre as empresas mais bem classificadas desta edição. No caso da **Pamplona**, destaca-se especialmente o sistema de gestação: 98% do plantel informado já está em sistemas coletivos, sendo 65% em Cobre e Solta, o que evidencia um estágio avançado de transição. Na outra ponta, **Palmali, Frivatti e Nutribras** permanecem na **categoria F**, repetindo a classificação observada em 2025.

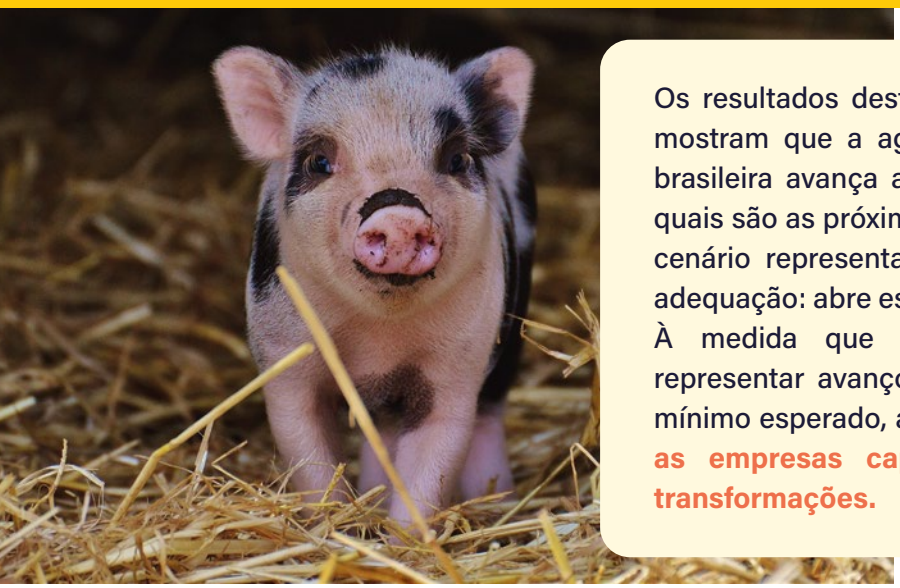
Já os movimentos de queda de categoria precisam ser lidos com maior cautela. **MBRF, JBS e Ecofrigo passam da categoria B para a C**, enquanto **Alibem e Master passam da C para a D**. Mais do que indicar necessariamente uma piora das práticas, essas mudanças refletem também o efeito de uma avaliação que agora confronta os compromissos assumidos com o estágio efetivamente alcançado em sua implementação. Em alguns casos, portanto, a nova classificação torna mais visível a distância que ainda existe entre a meta anunciada e sua concretização.

A **Aurora** é um exemplo importante dessa leitura. A empresa havia avançado da categoria E para a C em 2025 após assumir novos compromissos, incluindo a adoção do sistema Cobre e Solta em novas unidades — um movimento relevante e que continua indicando uma direção positiva para sua produção. Em 2026, contudo, **a empresa optou por não responder ao questionário e passou à categoria E.** Como seus compromissos públicos continuam sendo considerados, o resultado não apaga os avanços já sinalizados pela companhia; ele reflete, sobretudo, a impossibilidade de verificar nesta edição quanto dessas mudanças já foi implementado. A disponibilização dessas informações permitiria reconhecer com maior precisão os progressos eventualmente alcançados.

A questão da disponibilidade de informações se torna ainda mais evidente entre as empresas que passaram a integrar o monitoramento nesta edição. **BMG, Alimentos Estrela, Dália e RPF** responderam ao questionário, permitindo uma avaliação mais completa de suas práticas. Já **Saudali, Friuna, COOASGO e VPJ não responderam**. No caso da **VPJ**, informações disponíveis publicamente permitiram avaliar parte relevante de suas práticas; para as demais, a ausência de resposta, combinada à escassez de informações públicas, resultou em ausência de pontuação. Mais preocupante é a persistência desse cenário entre empresas que já participam do monitoramento há mais tempo. Assim como no ano anterior, **Coopavel, Palmali, Frivatti e Nutribras também não responderam ao questionário**. A ausência reiterada de informações representa uma lacuna de transparência e limita tanto a verificação da implementação dos compromissos quanto a possibilidade de o relatório reconhecer eventuais avanços que não estejam documentados publicamente.



07
CAMINHOS PARA O FUTURO



Os resultados desta quinta edição do *Porcos em Foco* mostram que a agenda de bem-estar na suinocultura brasileira avança a passos lentos e apontam, também, quais são as próximas fronteiras. Para as empresas, esse cenário representa mais do que uma necessidade de adequação: abre espaço para **liderança e diferenciação**. À medida que determinadas práticas deixam de representar avanço e passam a constituir um patamar mínimo esperado, a **liderança tende a se deslocar para as empresas capazes de antecipar as próximas transformações.**

Oportunidades de liderança e diferenciação para as empresas

No sistema de gestação, essa fronteira está hoje no Cobre e Solta. Essa é, contudo, uma realidade essencialmente brasileira, pois o país ainda está distante do patamar observado em nações como a Suécia, onde os suínos são mantidos soltos e a restrição de movimento das porcas é admitida apenas temporariamente em situações específicas.

Nesse contexto, **a transferência do plantel para o sistema Cobre e Solta constitui uma oportunidade estratégica de diferenciação no mercado brasileiro**. Para companhias que necessitam converter instalações tradicionais, o aporte de capital diretamente nesse sistema evita a adoção de modelos intermediários — que ainda confinam as matrizes por prazos maiores —, mitigando o risco de novos custos de readequação no futuro.

Nos procedimentos dolorosos, algumas mudanças demandam ainda mais urgência. **A eliminação da mossa já deveria ser tratada como uma etapa básica dessa transição**, e ainda há empresas que insistem nesse método antigo e desnecessário, apesar da existência de alternativas de identificação. Nesse caso, já não se trata propriamente de uma oportunidade de liderança, mas de atender a uma expectativa mínima de bem-estar animal. Empresas que ainda realizam a prática precisam estabelecer um caminho objetivo para eliminá-la.

Já o **corte rotineiro de cauda** exige uma transformação mais complexa e, justamente por isso, **pode produzir efeitos positivos mais profundos.** Sua eliminação não depende apenas da suspensão do procedimento, mas da prevenção da caudofagia e, portanto, do enfrentamento de fatores relacionados ao ambiente, manejo, densidade, enriquecimento e condições de criação. Avançar nessa agenda pode desencadear um ciclo virtuoso de melhorias. Nesse processo, a necessidade de manter os animais com caudas intactas estimula mudanças mais amplas no sistema produtivo. Por isso, o fim do corte rotineiro de cauda precisa ganhar centralidade nos planos das empresas.

Agenda para 2027 e prioridades de monitoramento

Para a edição de 2027, uma das principais novas fronteiras do *Porcos em Foco* será a **maternidade**. Nesta edição, o tema foi incorporado ao questionário de maneira exploratória, ainda sem impacto sobre a pontuação. Contudo, as respostas mostram que essa discussão já reverbera no Brasil. Há empresas que relatam avaliações internas, estudos e projetos-piloto com diferentes modelos de baias e períodos de contenção. Embora o cenário seja inicial, fica evidente que a busca por alternativas às celas de maternidade já passa a integrar a agenda do setor.

Internacionalmente, essa transição já está mais avançada. Cinco países da União Europeia — Suécia, Alemanha, Áustria, Dinamarca e Finlândia — já adotaram legislação para eliminar gradualmente o uso rotineiro das celas de maternidade, ainda que com diferentes modelos e prazos[12]; **a Suécia é atualmente o único país do bloco que estabelece a maternidade livre como sistema padrão[13]**. A discussão também avança no âmbito da União Europeia, onde uma reforma mais ampla do confinamento de porcas está em debate[14]. As evidências reunidas em uma publicação recente indicam que a transição pode proporcionar ganhos relevantes de bem-estar e ser economicamente viável: para o cenário europeu analisado, o estudo estima que o custo da migração para sistemas de maternidade livre seja de menos de € 0,01 por quilo de carne suína[15].

É por isso que a maternidade deverá ocupar espaço crescente nas próximas edições do *Porcos em Foco*. Depois desta primeira etapa, dedicada a compreender o estágio do setor, o monitoramento poderá evoluir para critérios capazes de reconhecer, inclusive na pontuação, empresas que testem, implementem e ampliem sistemas que ofereçam às porcas maior liberdade de movimento durante o parto e a lactação. Com isso, busca-se estimular o setor brasileiro a começar uma transição que, em outros mercados, já está em curso.

Os próximos anos precisam, portanto, ser de aceleração. As empresas que ainda estão abaixo dos padrões já alcançados por parte do setor brasileiro precisam reduzir essa distância; as que hoje estão à frente, por sua vez, têm a responsabilidade e a oportunidade de melhorar ainda mais suas práticas, mantendo-se como referência. Isso significa ampliar o Cobre e Solta, eliminar procedimentos dolorosos facilmente evitáveis, criar as condições necessárias para abandonar o corte rotineiro de cauda e avançar para sistemas de maternidade com maior liberdade de movimento. Sob a perspectiva do bem-estar animal, todas as melhorias são urgentes. Adicionalmente, se, por um lado, algumas mudanças são mais complexas e podem exigir mais planejamento e investimento, por outro, há ações que já podem e devem ser implementadas de imediato. Para acompanhar a evolução dos padrões de bem-estar animal, a suinocultura brasileira precisa acelerar o passo: quem está atrás precisa avançar com mais velocidade, e quem está à frente não deve esperar que a próxima fronteira se transforme em obrigação para começar a atravessá-la.



08

APÊNDICE METODOLÓGICO

Porque a metodologia foi atualizada

O *Porcos em Foco* acompanha os compromissos das empresas com o bem-estar dos suínos e os avanços observados em sua cadeia de produção. Na quinta edição, a metodologia foi atualizada para distinguir claramente as melhorias já implementadas pela empresa daquelas assumidas em compromissos públicos. Assim, práticas em operação passam a ser reconhecidas diretamente na nota, enquanto compromissos continuam a receber pontuação por indicar uma trajetória de mudança, sem substituir a avaliação do que já foi realizado.

A atualização também considera a qualidade das informações apresentadas. Práticas comprovadas por auditoria externa independente ou certificação de terceira parte recebem tratamento diferente das sustentadas apenas por autodeclaração. Nos compromissos, a avaliação verifica sua publicidade, abrangência, clareza e prazo. A combinação desses elementos permite identificar graus distintos de avanço entre as empresas, mesmo quando elas anunciam objetivos semelhantes.

No sistema de gestação, outra mudança foi a adoção de uma avaliação baseada em um cálculo do tempo de permanência das matrizes em gaiolas. Com isso, diferentes composições dos sistemas de produção podem ser consideradas proporcionalmente, pontuando positivamente quanto menos tempo as porcas permanecem em celas de gestação.

Antes da elaboração deste relatório, a metodologia foi submetida a um teste de sensibilidade para examinar o comportamento das notas diante da combinação de critérios, fatores de correção, tetos e pesos. A definição das regras passou ainda por análise técnica e pelo crivo de profissionais da área. Esse processo orientou a adoção de uma matriz capaz de reconhecer os avanços já alcançados e, ao mesmo tempo, manter a continuidade necessária para a leitura da série histórica.

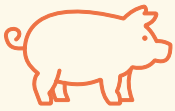


Estrutura da nota e pesos dos blocos

A avaliação reúne três blocos: sistema de gestação, procedimentos dolorosos e uso de antimicrobianos. Em cada um, são examinados separadamente a implementação atual, relativa às práticas já adotadas, e os compromissos públicos, relativos às mudanças futuras anunciadas pela empresa. A pontuação de cada componente é ajustada por um fator de correção, conforme descrito adiante. A nota final é a soma das pontuações dos três blocos, com máximo de 100 pontos.

O QUE É AVALIADO?

01



SISTEMA DE GESTAÇÃO

02



PROCEDIMENTOS DOLOROSOS

03



USO DE ANTIMICROBIANOS

COMO É AVALIADO?

CADA BLOCO COMBINA DOIS COMPONENTES:

IMPLEMENTAÇÃO ATUAL

avalia o que a empresa já implementou em sua cadeia de produção.

COMPROMISSO PÚBLICO

avalia compromissos assumidos publicamente para implementar mudanças futuras.

APLICA-SE À NOTA O FATOR DE CORREÇÃO

EVIDÊNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO*		QUALIDADE DO COMPROMISSO**	
Independente	Autodeclaração	Robusto	Parcial
1,00	0,75	1,00	0,50

PONTUAÇÃO POR CRITÉRIO

+

PONTUAÇÃO DE CADA BLOCO

=

NOTA FINAL (CLASSIFICAÇÃO A-F)

Fatores de correção e requisitos dos compromissos

A pontuação-base atribuída à **implementação atual** é multiplicada por **1,00** quando a prática é comprovada por auditoria externa independente ou certificação de terceira parte. Quando sua comprovação se baseia exclusivamente na autodeclaração da empresa, aplica-se o fator **0,75**. O fator indica a robustez da evidência apresentada, de modo que a aplicação de 0,75 não significa que a prática tenha sido parcialmente implementada.

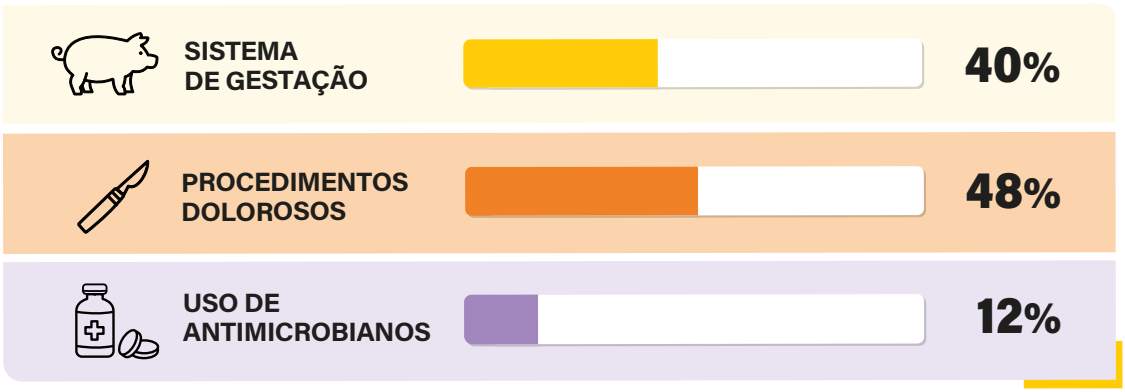
Para os **compromissos públicos**, o fator é **1,00** quando o compromisso está disponível no site oficial ou em outro canal corporativo de acesso público, cobre integralmente a produção ou a compra de origem suína no escopo avaliado, tem linguagem clara e inequívoca, sem condicionantes que tornem seu cumprimento discricionário, e atende ao prazo de referência estabelecido pela metodologia. A abrangência integral inclui, conforme a atuação da empresa, unidades próprias, produtores integrados, cooperados e demais fornecedores pertinentes ao critério.

Aplica-se o fator **0,50** quando um **compromisso público e de abrangência integral** não atende plenamente aos requisitos de clareza da linguagem e/ou de prazo. Publicidade e abrangência integral são requisitos de entrada: uma declaração privada ou um compromisso restrito a parte do escopo avaliado não recebe a pontuação de compromisso, mesmo que satisfaça os demais requisitos. Os fatores de correção são aplicados aos pontos dos critérios correspondentes, antes da incidência dos tetos

LIMITE DE PONTUAÇÃO

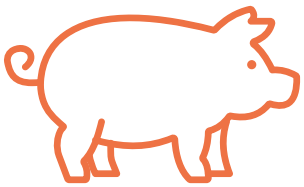
A soma dos pontos de implementação e de compromissos públicos está limitada à pontuação máxima de implementação de cada bloco.
Nos blocos “Procedimentos Dolorosos” e “Uso de Antimicrobianos”, esse limite se aplica a cada prática ou uso avaliado, sem compensação entre critérios.

PESOS NA NOTA FINAL



Os pesos tiveram apenas ajustes moderados em relação à edição anterior: a gestação ganhou 2,5 pontos percentuais, enquanto procedimentos dolorosos e antimicrobianos tiveram reduções de 2 pontos percentuais e de 0,5 ponto percentual, respectivamente. A intenção foi acomodar a nova metodologia de avaliação dos critérios, preservando ao máximo a importância relativa que os três temas já tinham no monitoramento.

01 SISTEMA DE GESTAÇÃO



A implementação é medida pelo **tempo médio de permanência das matrizes em gaiolas** ao longo da gestação, considerando a parcela do plantel em cada sistema. Para organizar a avaliação, adotam-se como padrões de referência sete dias em Cobre e Solta, 35 dias na gestação coletiva mista e 114 dias no sistema tradicional. A proporção de matrizes nos três sistemas deve totalizar 100% do plantel avaliado.

Para o cálculo, quando a empresa adota um tempo inferior ao respectivo padrão em Cobre e Solta ou no sistema misto, utiliza-se o número de dias efetivamente adotado: por exemplo, cinco dias em Cobre e Solta ou 28 dias no sistema misto. No sistema tradicional, o parâmetro permanece fixo em 114 dias, independentemente do tempo informado pela empresa. Essa regra premia e incentiva a redução do tempo de confinamento em Cobre e Solta e no sistema misto, reconhecendo os esforços das empresas que adotam práticas menos restritivas para as matrizes.

D = **(Proporção de Cobre e Solta × dias em gaiola no Cobre e Solta) + (proporção de sistema misto × dias em gaiola no sistema misto) + (proporção de sistema tradicional × dias em gaiola no sistema tradicional)**

Até **40 pontos**

Em seguida, os dias médios em gaiola são convertidos em uma pontuação de acordo com a fórmula definida na matriz de avaliação:

$$P = 40 \times (114 - D) / 107$$

Onde:
D = número médio de dias em gaiola por matriz
P = pontuação de implementação

A lógica é inversa: quanto menor o tempo de permanência em gaiola, maior a pontuação definida na matriz de avaliação.

COMPROMISSOS PÚBLICOS

- Cobre e Solta em todas as unidades;
- Cobre e Solta em novas unidades, com implementação imediata;
- Gestação Coletiva Mista em todas as unidades.

O prazo é imediato para a adoção do sistema Cobre e Solta em novas unidades e de até cinco anos, a partir da publicação do compromisso, para a adoção dos sistemas Cobre e Solta e/ou de Gestação Coletiva Mista em todas as unidades.

Como exemplo, uma empresa com 51% das matrizes em Cobre e Solta por sete dias e 49% em sistema tradicional (114 dias) apresenta **D = (0,51 × 7) + (0,49 × 114) = 59,43 dias**. Sua pontuação-base de implementação é **40 × (114 – 59,43) ÷ 107 = 20,40 pontos**. Se os dados forem exclusivamente autodeclarados, a pontuação de implementação será **20,40 × 0,75 = 15,30 pontos**, antes da eventual soma de compromissos elegíveis.

O cálculo da nota de implementação neste bloco depende de informações consistentes sobre a distribuição de 100% do plantel entre os sistemas de criação, logo, empresas que apresentarem informações inconsistentes ou que não contemplem a totalidade do plantel não terão a nota desse quesito computada.

Os compromissos públicos podem acrescentar **10 pontos** pela adoção de Cobre e Solta em todas as unidades em até cinco anos após sua publicação; **6 pontos** pela adoção imediata desse sistema em novas unidades; e **4 pontos** pela adoção de gestação coletiva mista em todas as unidades em até cinco anos após a publicação do compromisso. Após a aplicação do respectivo fator de correção, esses pontos complementam a pontuação da implementação até o limite de **40 pontos** do bloco, sem atribuir pontos adicionais a práticas já implementadas.



02 PROCEDIMENTOS DOLOROSOS

São avaliadas quatro práticas: **castração cirúrgica sem anestesia e analgesia; corte ou desbaste de dentes; corte de orelhas (mossa); e corte rotineiro de cauda sem anestesia e analgesia**. A eliminação de cada prática vale 12 pontos de implementação, ajustados pelo fator de evidência aplicável. Assim, quatro práticas eliminadas e comprovadas por verificação independente totalizam 48 pontos.

Um compromisso público de eliminação vale 4 pontos por prática, sujeito ao fator de qualidade do compromisso. O prazo de referência é de até dois anos após a publicação para castração cirúrgica sem anestesia e analgesia, corte ou desbaste de dentes e corte de orelhas; para o corte rotineiro de cauda sem anestesia e analgesia, é de até cinco anos.

O limite de **12 pontos** é aplicado separadamente a cada prática, de modo que a pontuação de um procedimento não compensa a permanência de outro. Além disso, **um compromisso não acrescenta pontos quando a eliminação da prática a que se refere já foi implementada**. Por exemplo, se a eliminação de uma prática for comprovada apenas por autodeclaração, ela receberá **12 × 0,75 = 9 pontos**. Um compromisso referente a essa mesma prática não elevará a nota a 12 pontos, e os 3 pontos restantes não poderão ser transferidos para outra prática.

A avaliação individual das quatro práticas permite identificar com maior precisão os avanços e as lacunas de cada empresa. Dessa forma, a eliminação de um procedimento doloroso não é considerada evidência de melhoria nos demais, e os compromissos futuros são analisados de acordo com a prática específica a que se referem. Essa abordagem busca assegurar que a pontuação reflita as medidas efetivamente adotadas e os compromissos assumidos para cada procedimento, evitando que resultados positivos em um critério ocultem a permanência de práticas prejudiciais em outros.



#	PRÁTICA	O QUE É AVALIADO?
01	**Castração cirúrgica sem anestesia e analgesia**	A empresa recebe pontuação quando não realiza castração cirúrgica sem o uso de anestesia e analgesia.
02	**Corte ou desbaste de dentes**	Avalia a eliminação da prática de corte ou desbaste de dentes dos leitões.
03	**Corte de orelhas**	Avalia a eliminação do corte de orelhas.
04	**Corte rotineiro de cauda sem anestesia e analgesia**	Avalia a eliminação do corte rotineiro de cauda sem o uso de anestesia e analgesia.

12 pontos
por prática

↓

Até **48 pontos**
neste componente

COMPROMISSOS PÚBLICOS

- Eliminar a castração cirúrgica sem anestesia e analgesia;
- Eliminar o corte ou desbaste de dentes;
- Eliminar o corte de orelhas;
- Eliminar o corte rotineiro de cauda sem anestesia e analgesia.

Para os três primeiros critérios, a matriz estabelece prazo de até dois anos após a publicação do compromisso. Para o corte rotineiro de cauda, o prazo estabelecido é de até cinco anos.

A eliminação de procedimentos dolorosos está diretamente relacionada à melhoria das condições de criação e das práticas de manejo. No caso do corte rotineiro de cauda, por exemplo, a prevenção da caudofagia exige atenção a fatores como densidade de alojamento, enriquecimento ambiental, alimentação, conforto e saúde dos animais. Assim, a redução dessas intervenções não depende apenas da substituição de técnicas, mas também da adoção de medidas que enfrentem suas causas e promovam melhores condições de bem-estar ao longo do ciclo produtivo.

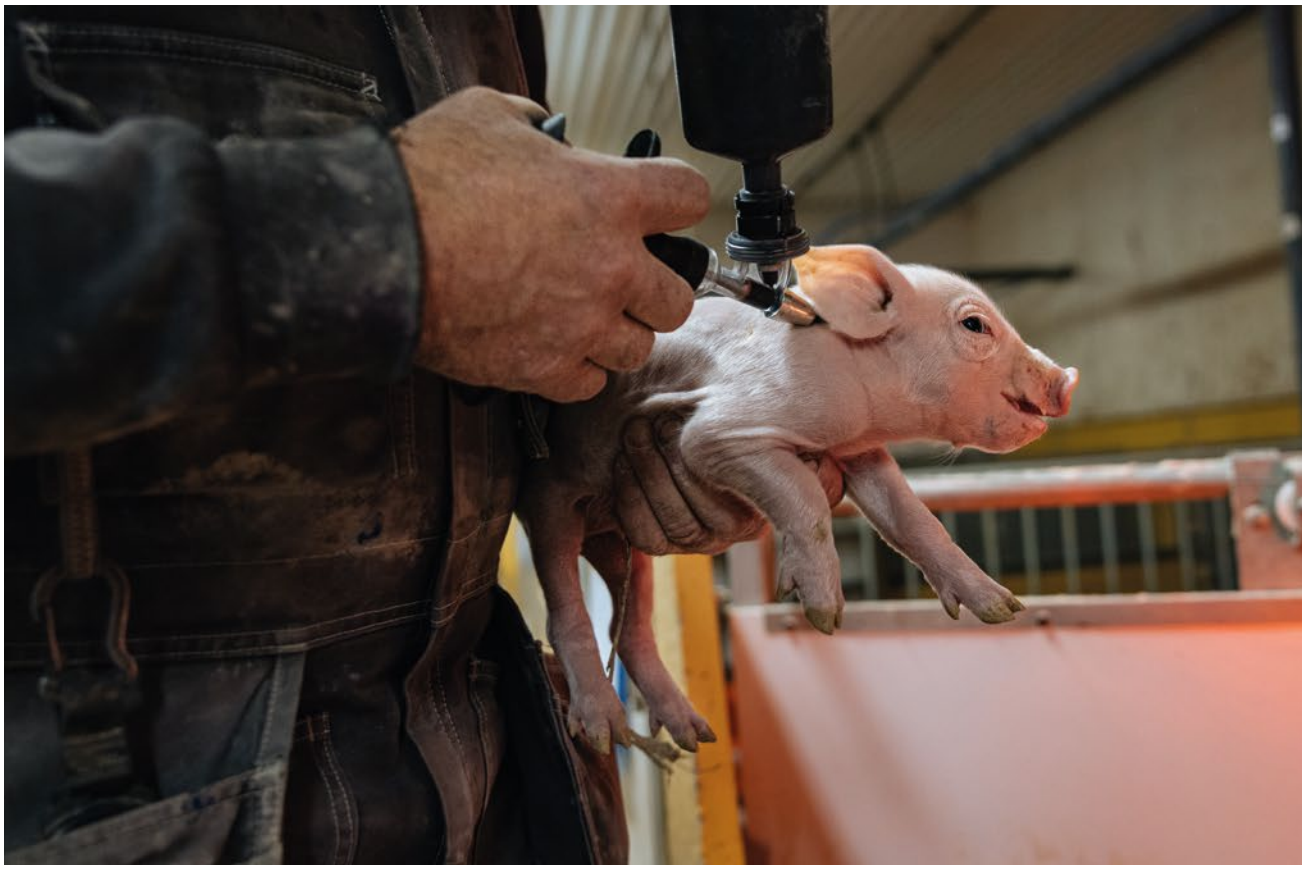


03 USO DE ANTIMICROBIANOS

O bloco considera separadamente três finalidades: **promoção de crescimento, uso para fins profiláticos e uso para fins metafiláticos.** A ausência do uso de antimicrobianos em cada finalidade vale **4 pontos de implementação**, sujeitos ao fator de evidência. A eliminação comprovada do uso de antimicrobianos nas três finalidades pode alcançar 12 pontos.

Um compromisso público de eliminar o uso de antimicrobianos para cada uma das três finalidades vale **2 pontos**, ajustados pelo fator de qualidade do compromisso, desde que preveja sua implementação em **até cinco** anos após a publicação. Quando a eliminação de determinada finalidade já foi implementada, o compromisso correspondente não recebe pontos adicionais.

A redução do uso de antimicrobianos para finalidades não terapêuticas deve estar associada a medidas que promovam a saúde dos animais e reduzam a ocorrência de doenças. Práticas como vacinação, biosseguridade, higiene, nutrição adequada e melhorias nas condições de alojamento e manejo contribuem para diminuir a necessidade desses medicamentos. O objetivo não é restringir tratamentos necessários, mas incentivar sistemas de produção que priorizem a prevenção de doenças e assegurem o uso responsável de antimicrobianos, preservando o bem-estar animal e contribuindo para o enfrentamento da resistência antimicrobiana.



01

Promoção de crescimento

Avalia se a empresa utiliza antimicrobianos com a finalidade de promover crescimento.

02

Para fins profiláticos

Avalia o uso de antimicrobianos para prevenção de doenças em animais que não apresentam sinais clínicos.

03

Para fins metafiláticos

Avalia o uso de antimicrobianos em grupos de animais quando há presença ou risco de disseminação de uma doença.

4 pontos por prática

Até **12 pontos** neste componente

COMPROMISSOS PÚBLICOS

Eliminar o uso de antimicrobianos para:

- Promoção de crescimento;
- Fins profiláticos;
- Fins metafiláticos.

A metodologia considera um prazo de até cinco anos após a publicação do compromisso para sua implementação. Nesse período, espera-se que a empresa avance na adoção das medidas assumidas e apresente evidências que permitam verificar seu cumprimento.

Consolidação da nota e classificação

Para fins exclusivos de classificação nas categorias acima mencionadas, as notas serão arredondadas para o número inteiro mais próximo, sem alteração da pontuação original atribuída às empresas. Valores com primeira casa decimal inferior a 5 serão arredondados para baixo, enquanto valores iguais ou superiores a 5 serão arredondados para cima.

A categorização indica o nível de avanço de cada empresa nos critérios avaliados e tem como finalidade facilitar a leitura e a comparação dos resultados do monitoramento. No entanto, as categorias não constituem selos, certificações ou validação geral das práticas de bem-estar animal da empresa ou de sua cadeia produtiva.

A pontuação final determina a classificação em uma escala de A a F.

A classificação deve ser interpretada como uma medida do nível de avanço identificado pela metodologia, e não como uma certificação de que toda a cadeia produtiva da empresa atende a determinado padrão de bem-estar animal.

CATEGORIA	PONTUAÇÃO
A	81 - 100
B	61 - 80
C	46 - 60
D	31 - 45
E	16 - 30
F	0 - 15

Alcance e limitações da avaliação

O monitoramento combina informações sobre práticas implementadas, evidências disponíveis e compromissos públicos. Seu resultado depende, portanto, da abrangência e da precisão das informações às quais a avaliação teve acesso. Uma autodeclaração permite registrar um avanço informado pela empresa, mas não oferece o mesmo grau de verificação de uma auditoria independente ou certificação de terceira parte; essa diferença se reflete no fator aplicado à implementação. Da mesma forma, um compromisso elegível expressa uma obrigação pública de mudança futura, sem comprovar que a medida já esteja em vigor.

Os três blocos e seus pesos delimitam os aspectos considerados na nota: práticas e dimensões de bem-estar fora desses critérios não são convertidas em pontos nesta edição. Além disso, a mudança nos critérios, nos fatores e no cálculo da gestação requer cautela ao comparar diretamente as notas desta edição com as de anos anteriores. Por essas razões, a classificação deve ser lida como um retrato dos critérios e das evidências avaliados, e não como uma avaliação exaustiva de todas as condições de produção ou fornecimento da empresa.



09
GLOSSÁRIO

Analgesia

Redução ou alívio da dor, geralmente por meio de medicamentos, sem necessariamente causar perda de consciência. Pode ser aplicada durante e após uma intervenção. Em procedimentos como a castração cirúrgica, complementa a anestesia ao controlar a dor que pode continuar depois que o efeito anestésico termina.

Anestesia

Perda temporária da sensibilidade dolorosa induzida por medicamentos. Pode ser local (restrita a uma pequena área), regional (bloqueio de uma região maior do corpo) ou geral (com perda total da consciência). É utilizada para impedir a percepção de dor durante uma intervenção, mas seu efeito não garante, sozinho, o controle da dor no período de recuperação.

Antimicrobianos

Substâncias que matam microrganismos ou impedem sua multiplicação. Incluem os antibióticos, que atuam contra bactérias. Podem tratar infecções em animais doentes ou ser utilizados com outras finalidades, como prevenção de doenças e promoção de crescimento. Seu uso inadequado pode favorecer a seleção de microrganismos resistentes, representando uma grave ameaça à saúde animal e humana.

Baia

Espaço delimitado dentro de uma instalação de criação, destinado a alojar um ou mais animais. Uma baia coletiva permite que os suínos compartilhem o ambiente e se movimentem. O bem-estar depende também da área disponível, do piso, dos recursos oferecidos, do manejo e da densidade.

Castração cirúrgica

Retirada dos testículos dos suínos machos por meio de cirurgia. Entre suas finalidades está evitar o odor sexual, um cheiro indesejável que pode ocorrer na carne de machos não castrados. O procedimento provoca lesão de tecidos e dor, cujo controle exige o uso de anestesia durante a intervenção e analgesia pós-operatória.

Caudofagia

Comportamento de morder a cauda de outros suínos, podendo causar ferimentos, dor e infecções. Está associado a diferentes fatores, como condições de alojamento, alimentação, saúde e falta de oportunidades para explorar o ambiente. Sua prevenção envolve melhorar essas condições e identificar precocemente os animais e grupos afetados.

Celas de maternidade

Estruturas de contenção usadas para alojar a porca alguns dias antes do parto, durante o nascimento e ao longo de toda a amamentação. Restringem seus movimentos e, em geral, impedem que ela se vire, enquanto os leitões, seus filhotes, têm acesso às mamas. Limitam a interação da fêmea com o ambiente e os filhotes e são usadas em uma etapa diferente das gaiolas de gestação.

Cobertura

Procedimento reprodutivo destinado a fecundar a fêmea por acasalamento ou inseminação artificial (técnica de introdução de sêmen no aparelho reprodutor). O termo dá origem à expressão Cobre e Solta. A cobertura marca uma tentativa de fecundação; sua realização não significa, por si só, que a porca tenha ficado gestante.

Cobre e Solta

Sistema de gestação coletiva em que as porcas permanecem em gaiolas individuais por até sete dias. Após o período associado à cobertura, são mantidas em grupo. "Solta" indica liberdade de movimento na baia coletiva, sem significar criação ao ar livre ou maternidade sem celas.

Comportamentos naturais

Atividades próprias da espécie, como explorar, fuçar com o focinho, mastigar materiais e interagir com outros suínos. A possibilidade de realizar comportamentos importantes para o animal integra seu bem-estar. Na criação, isso depende de espaço, recursos e condições adequadas, sem exigir a reprodução integral de um ambiente silvestre.

Corte de cauda rotineiro

Remoção de parte da cauda adotada como prática habitual da criação, geralmente com a finalidade de reduzir lesões por caudofagia. O procedimento causa dor e não elimina as causas das mordidas. Abandonar seu uso rotineiro exige medidas preventivas relacionadas ao ambiente, à alimentação, à saúde e ao manejo dos animais.

Corte e desbaste de dentes

Procedimentos que reduzem partes dos dentes dos leitões, os filhotes dos suínos. O corte remove parte do dente com um instrumento; o desbaste desgasta sua ponta. São utilizados para reduzir lesões nas mamas das porcas ou em outros leitões e podem causar dor e danos aos dentes.

Densidade de alojamento

Relação entre a quantidade de animais e a área em que são mantidos. Pode ser expressa pelo número de animais por área ou pelo espaço disponível para cada animal. Densidades inadequadas podem aumentar a competição por alimento e água, dificultar o descanso e a movimentação e comprometer o conforto térmico dos animais.

Enriquecimento ambiental

Provisão de materiais e condições que estimulam a expressão de comportamentos naturais e relevantes para os suínos, como explorar, fuçar e mastigar. Materiais manipuláveis apropriados permitem que o animal direcione essas atividades ao ambiente, e não a outros indivíduos do grupo. Aliado a espaço, alimentação e cuidados de saúde adequados, o enriquecimento contribui para o bem-estar e para a prevenção da caudofagia.

Gaiola de gestação

Estrutura estreita para alojar individualmente uma porca, restringindo seus deslocamentos e, em geral, impedindo que ela se vire. Também é chamada de cela de gestação. Sua utilização limita a liberdade de movimento e a interação social; o tempo de permanência nessas gaiolas distingue os sistemas de gestação avaliados pelo *Porcos em Foco.*

Gestação coletiva

Sistema em que as porcas são alojadas em grupo durante a maior parte da gestação, com espaço para se deslocar e interagir. Pode incluir um período inicial em gaiolas individuais. No *Porcos em Foco*, abrange o Cobre e Solta e a gestação coletiva mista, diferenciados pelo tempo de permanência das fêmeas nessas gaiolas.

Gestação coletiva mista

Sistema que combina de oito a 35 dias em gaiolas individuais com alojamento em grupo no restante da gestação. Reduz o confinamento individual em relação ao sistema tradicional, mas o mantém por mais tempo que o Cobre e Solta.

Lactação

Fase em que a porca produz leite e amamenta seus filhotes. Na criação de suínos, essa fase ocorre no setor de maternidade, onde ficam a porca e os leitões. As condições de alojamento nessa fase afetam tanto a liberdade de movimento da porca quanto o cuidado e a proteção dos leitões.

Manejo

Conjunto de práticas utilizadas para cuidar dos animais e conduzir a criação. Inclui alimentação, movimentação, agrupamento, higiene, reprodução e acompanhamento da saúde. A forma como essas atividades são realizadas pode prevenir ou provocar medo, dor, lesões e doenças, sendo parte essencial do bem-estar dos suínos.

Matrizes

Fêmeas destinadas à reprodução e à produção de leitões, os filhotes dos suínos. Na avaliação dos sistemas de gestação, são as porcas consideradas nos percentuais de cada tipo de alojamento.

Mossa

Método de identificação dos suínos por meio de cortes, marcações e perfurações nas orelhas. A posição e a combinação dos recortes formam um código que permite identificar o animal. Corresponde ao procedimento chamado de "corte de orelhas" no *Porcos em Foco*. A prática provoca lesão de tecido e dor.

Plantel

Conjunto de animais mantidos em uma criação ou em um grupo definido de criações. Pode abranger diferentes categorias de suínos, conforme o contexto. Na avaliação dos sistemas de gestação do *Porcos em Foco*, refere-se ao conjunto de matrizes, as fêmeas destinadas à reprodução.

Sistema tradicional

Sistema de alojamento em que as porcas permanecem em gaiolas individuais durante praticamente toda ou toda a gestação. O termo não indica criação artesanal, de pequena escala ou ao ar livre.

Uso de antimicrobianos para promoção de crescimento

Administração de antimicrobianos com o objetivo de aumentar o ganho de peso ou melhorar o aproveitamento da alimentação, em vez de tratar uma infecção. Também aparece associada à expressão "melhoradores de desempenho".

Uso metafilático

Administração de antimicrobianos a um grupo após a identificação de doença infecciosa em parte dos animais, para tratar os doentes e controlar a disseminação aos demais. Assim, animais ainda sem sinais de doença também recebem o medicamento. Distingue-se do uso profilático pela presença de doença já identificada no grupo.

Uso profilático

Administração de antimicrobianos antes do aparecimento de sinais de doença, com o objetivo de prevenir uma infecção ou doença. É a prevenção por meio do medicamento, diferente de medidas como vacinação, higiene e controle de acesso à granja. Distingue-se da metafilaxia, em que já há doença identificada em parte do grupo.

10 REFERÊNCIAS

1. O anúncio decorre do desdobramento da iniciativa cidadã “End the Cage Age” (Fim da Era da Gaiola), apoiada por mais de 1,4 milhão de assinaturas. UNIÃO EUROPEIA. Comissão Europeia. End the Cage Age. [s.d.]. Disponível em: Texto consultado. Acesso em: 18 set. 2026.

2. O anúncio de 2026 amplia o acordo Juntos pelos Animais (2024–2027), que já previa restringir o confinamento de porcas e começou a ser regulamentado em 2026, com aplicação gradual às instalações existentes. EUROGROUP FOR ANIMALS. Denmark finally taking pig welfare seriously, following years of advocacy. 3 jun. 2026. Disponível em: Texto consultado. Acesso em: 18 set. 2026.

3. A exigência decorre da Proposição 12, incorporada ao Código de Saúde e Segurança da Califórnia, que também restringe a venda de carne suína proveniente de sistemas que não atendam aos requisitos. CALIFÓRNIA. Health and Safety Code. Divisão 20, capítulo 13.8: Farm Animal Cruelty. California Legislative Information, texto consolidado. Disponível em: Texto consultado. Acesso em: 18 set. 2026.

4. UNIÃO EUROPEIA. Conselho. Diretiva 2008/120/CE, de 18 de dezembro de 2008, que estabelece as normas mínimas de proteção de suínos. Jornal Oficial da União Europeia, L 47, p. 5–13, 18 fev. 2009. Disponível em: Texto consultado. Acesso em: 18 set. 2026.

5. SUÉCIA. Djurskyddslag (2018:1192). Lei de proteção animal, 2018. Capítulo 4, § 2. Sveriges riksdag, texto consolidado consultado. Disponível em: Texto consultado. Acesso em: 18 set. 2026.

6. NORUEGA. Forskrift om hold av svin, FOR-2003-02-18-175, de 18 de fevereiro de 2003. Regulamento sobre criação de suínos, § 10. Lovdata, texto consolidado consultado. Disponível em: Texto consultado. Acesso em: 18 set. 2026.

7. WORLD HEALTH ORGANIZATION. Antimicrobial resistance. Fact sheet. WHO, 16 jul. 2026. Disponível em: Texto consultado. Acesso em: 18 set. 2026.

8. COMISSÃO EUROPEIA. Regulamento de Execução (UE) 2026/1189, de 4 de junho de 2026, que altera o Regulamento de Execução (UE) 2021/405 quanto à aplicação de restrições ao uso de determinados medicamentos antimicrobianos e revoga o Regulamento de Execução (UE) 2024/2598. Jornal Oficial da União Europeia, 2026. Disponível em: Texto consultado. Acesso em: 18 set. 2026.

9. BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Secretaria de Defesa Agropecuária. Portaria SDA/MAPA nº 1.600, de 13 de abril de 2026. Diário Oficial da União, ed. 70, seção 1, p. 45, 14 abr. 2026. Disponível em: Texto consultado. Acesso em: 18 set. 2026.

10. BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Secretaria de Defesa Agropecuária. Portaria SDA/MAPA nº 1.617, de 24 de abril de 2026. Diário Oficial da União, ed. 77, seção 1, p. 3, 27 abr. 2026. Disponível em: Texto consultado. Acesso em: 21 set. 2026.

11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Plano Nacional de Prevenção e Controle da Resistência aos Antimicrobianos no Âmbito de Uma Só Saúde 2026-2030. Ministério da Saúde, ed. preliminar, v. 1, p. 1-115, 6 jul. 2026. Disponível em: Texto consultado. Acesso em: 21 set. 2026.

12. KUBÍKOVÁ, Gabriela; KAŅEPĀJS, Artūrs; CARPENTER, Griffin; REINKE, Marietheres. Reforming Pig Welfare in the European Union: The Case for a Cage-Free Future. Bruxelas: The European Institute for Animal Law & Policy, 2026. Disponível em: Texto consultado. Acesso em: 24 set. 2026.

13. SUÉCIA. Djurskyddsförordning (2019:66) [Regulamento de Proteção Animal], 21 fev. 2019, cap. 2, § 12. Sveriges Riksdag. Disponível em: Texto consultado. Acesso em: 24 set. 2026.

14. UNIÃO EUROPEIA. Comissão Europeia. Revision of EU animal-welfare legislation. Bruxelas: European Commission. Disponível em: Texto consultado. Acesso em: 24 set. 2026.

15. KUBÍKOVÁ et al., 2026, p. 7.





FICHA TÉCNICA

Título: Porcos em Foco: Monitor da Indústria Suína Brasileira
Ano: 2026
Edição: 5ª edição
ISBN: 978-65-970314-0-5
Realização: Sinergia Animal
Coordenação e redação: Tiago Pestilla Fabbri
Supervisão: Maíra Villamarin
Colaboração: Amanda Kamanchek
Colaboração: Cristina Diniz
Colaboração: Fernanda Vieira
Colaboração: Lúcia Gomes Pereira
Colaboração: Samantha Gaspar
Revisão: Naira Hofmeister
Projeto gráfico: Érica Lima Di Miscio
Imagens: WeAnimals
Citação sugerida: Porcos em Foco: Monitor da Indústria Suína Brasileira. 5ª edição. Brasil: Sinergia Animal, 2026.

Este material pode ser compartilhado e reproduzido, total ou parcialmente, desde que a Sinergia Animal seja creditada como fonte e que seu conteúdo não seja utilizado para fins comerciais.



SINERGIA ANIMAL

sinergiaanimalbrasil.org

sinergiabr

@sinergiaanimalbrasil

sinergia-animal

A **Sinergia Animal** é uma organização internacional de proteção animal trabalhando em países do Sul Global para reduzir o sofrimento dos animais criados para consumo e promover escolhas alimentares mais compassivas;

Somos reconhecidos como uma das mais eficientes organizações de proteção animal do mundo pelo **Animal Charity Evaluators (ACE).**